

Resistência em três estados dificulta

Em São Paulo, Ceará e Paraná, as bases do PSDB resistem à idéia de apoiar a candidatura Lula, mesmo sem se empenhar na campanha, subindo em palanques e participando de um futuro governo PT, conforme os termos propostos pela Executiva do partido para decisão final do Diretório. "Nesses três estados, a situação é difícil", admitem os tucanos.

Como esperar que no Ceará, o governador Tasso Jereissati possa conviver bem com Lula? pergunta Moema San Thiago, que se inclina pela tese da neutralidade. No Paraná, onde o voto foi maciçamente conservador, se o senador José Richa apoiar Lula, terá seus sonhos de ser governador novamente sepultados de vez.

Em São Paulo, estado onde tanto o PT quanto o PSDB são mais fortes, as pretensões para governador são muitas de um lado e de outro. Para os tucanos surgem Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e o próprio Mário Covas. Já está difícil decidir dentro do partido, muito pior será depois de um apoio ao PT. "O eleitor de Covas em São Paulo é completamente diferente do eleitor de Lula, não será possível fazer uma transferência significativa de votos, mesmo que a cúpula partidária tome esta posição", admitem alguns tucanos.

Em Minas Gerais, a situação parece mais fácil de contornar, em que pesem as pretensões antagônicas de Pimenta da Veiga (PSDB) e Virgílio Guimarães (PT)

ao governo estadual no próximo ano. Segundo tucanos mineiros como Aécio Cunha, o eleitorado tucano no estado tenderá a aceitar transferir seus votos para Lula, especialmente se for possível não comprometer o PSDB na campanha propriamente dita.

Para Aécio Cunha, um entendimento mais amplo seria possível caso o PT aceitasse negociar pontos como estatização, dívida externa, reforma agrária e parlamentarismo, onde as diferenças entre os dois partidos são mais marcadas. "Para o PSDB está claro que não podemos fazer campanha pelo PT até o dia 17 de dezembro e passar para a oposição no dia 16 de março, quando o novo presidente toma posse. Para que isto aconteça, é preciso uma negociação em torno de um programa mínimo de governo, situação que me parece difícil de atingir entre o PSDB e o PT até este momento. Creio que os tucanos não devem ir além de um apoio crítico à candidatura Lula".

Entre os membros da Executiva, Otávio Elísio, Egídio Ferreira Lima, Saulo Queiroz, João Gilberto, Odilon Coutinho, Nelton Friedrich, Pompeu de Souza, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco e Aécio Neves, defenderam um apoio maior ou menor à candidatura Lula. Franco Montoro, Moema San Thiago, Artur da Távola, Geraldo Alckmin e Hélio Jaguaribe, se inclinavam para a tese da neutralidade entre os dois candidatos.

Entre os "cardeais" do partido, Mário Covas, Pimenta da Veiga, Ronaldo César Coelho, Jaime Santana preferiram apoiar o candidato Lula, enquanto José Richa e José Serra preferiram permanecer neutros. A ala acadêmica, como Edmar Bacha, Bresser Pereira, Hélio Jaguaribe e José Serra, defendeu a necessidade de um entendimento em bases programáticas que garantisse certos procedimentos de governo, ou melhor, que afastassem teses como uma moratória unilateral e imediata (o PSDB quer uma negociação prévia) uma reforma agrária em terras produtivas (o PSDB deseja apenas exigir que a função social da propriedade produtiva seja cumprida fazendo desapropriação apenas em caso contrário).

O senador Fernando Henrique Cardoso diz que a situação é semelhante à que ocorre no sistema parlamentarista. "Quem ganhou tem a responsabilidade de negociar para formar a maioria. Cabe ao PT nos procurar".

De todos os pontos programáticos, o PSDB atribui peso maior ao compromisso do partido com o parlamentarismo. "Covas vencesse, ele iria propor a antecipação do plebiscito para 1990, antes das eleições de 3 de outubro, possibilitando a escolha dos novos parlamentares já com o regime de governo definido. Como o PT é marcadamente presidencialista, um entendimento sobre o assunto parece definitivamente descartado.